

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Renato Alves/ Agência Brasília



Refis beneficiará 150 mil contribuintes

Ao sancionar o Refis, o governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmou que a lei que abate juros e multas de dívidas fiscais deve gerar uma arrecadação extra de R\$ 350 milhões apenas neste ano e beneficiar 150 mil contribuintes. Além do desconto, há a possibilidade de parcelar os valores devidos. “Nosso principal objetivo com esse programa é apoiar nossos cidadãos e empresas que possuam dívidas vencidas com o governo até 31 de dezembro de 2022”, justifica. Não deixa de ser uma resposta ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que vê a iniciativa de forma crítica.

Pacientes do Entorno representam metade do atendimento em hospitais do DF

Levantamento da Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-vida) apontou que mais de um terço dos atendimentos da obstetrícia do Hospital de Santa Maria são concentrados em pacientes do Entorno. Em agosto de 2023, foram realizados 3.063 atendimentos, sendo 1.977 de mulheres do Distrito Federal e 1.086 do Entorno, principalmente do Novo Gama (413 pacientes), Valparaíso de Goiás (289 pacientes), Luziânia (268 pacientes) e Cidade Ocidental (101 pacientes). Mas esse número pode ser ainda maior, chegando a cerca de metade de todos os atendimentos, porque algumas pacientes levam comprovantes de residência do DF, mas são moradoras do estado vizinho, segundo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O tema será debatido amanhã no 1º Fórum sobre atenção primária e hospitalar a parturientes residentes no Entorno do DF, das 8h às 12h, de maneira virtual. A atividade, organizada pelo MPDFT, contará com a participação de autoridades envolvidas nas políticas públicas de saúde do DF e de Goiás.

Instagram



Projeto do SLU ajuda na adoção de pets

O SLU lançou o projeto Cata Pata para ajudar a encontrar famílias para os cachorrinhos que constantemente chegam a suas unidades. Até agora 25 doguinhos foram adotados. Para divulgar os animais que estão à espera de um lar, o SLU os veste de garis.



Instagram

Mulher e negra no STF

Ativista dos direitos humanos nas pautas de enfrentamento ao machismo e ao movimento de mulheres negras, a deputada federal Reginete Bispo (PT-RS) aproveitou a trend da inteligência artificial com animações da Disney Pixar para defender a escolha de uma ministra negra no STF



Divulgação/TRF1

Seminário sobre longevidade das constituições

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) promoveu nesta sexta-feira, o Curso Intensivo de Comparação Franco-Brasileira “Longevidade das constituições: enraizamento cultural, flexibilidade e a interpretação dos juízes”. Na abertura do curso, a diretora da Esmaf, desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, referiu-se à formação como um momento especial para celebrar as trajetórias das atuais constituições da França e do Brasil, que, segundo ela, representam as nações com suas estruturas únicas de profundo diálogo e aprendizado humano. “O segredo da longevidade das constituições, tanto da França, que data de 1958, quanto do Brasil, de 1988, talvez resida não apenas na força normativa dos seus atos atuais, dos seus textos atuais, mas também nas reflexões constantes dos processos sobre a adaptabilidade e na capacidade de refletir sobre as aspirações dos cidadãos”, afirmou a diretora da Esmaf, ao ressaltar que ambas as constituições podem ser consideradas entre as mais longevas. Participaram da abertura no TRF1, além da desembargadora Gilda Sigmaringa, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli; o corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal Néviton Guedes; o conselheiro de cooperação da embaixada da França, François Legué; o professor-titular da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne Xavier Felipe; e o vice-diretor da Escola Nacional de Magistratura (ENM) e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Caetano Levi Lopes.

Tempo

Longe da vida pública há um ano, o ex-senador José Antônio Reguffe tem se dedicado a cuidar de questões pessoais e da família. Mas não se esqueceu da política. 2026 está logo ali.



Divulgação/Sindilegis



MANDOU BEM

Indicada pelo presidente Lula, a advogada Daniela Teixeira teve o nome aprovado pelo Senado para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A última ministra a tomar posse, Regina Helena Costa, foi nomeada há 10 anos. Agora a corte conta com seis mulheres em sua composição. Ainda é pouco, mas houve avanço.



MANDOU MAL

O Brasil enfrenta sua própria guerra em cidades violentas como o Rio de Janeiro onde a milícia e o crime organizado desafiam a autoridade do Estado. Quando a situação se intensifica, os governos se mobilizam, mas assim que a crise esfria tudo volta a ser como há décadas: os bandidos dominam.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

A ministra Daniela Teixeira toma posse em 22 de novembro no STJ. Até lá, ela terá um tempo para

descansar depois da maratona de quase um ano em campanha nas OABs das 27 unidades da federação, no STJ, nas conversas para ser indicada pelo presidente Lula e na aprovação no Senado. Ela se desdobra também nos cuidados com a família. Na última sexta-feira, em meio à agenda atribulada, ela fez questão de ir à festa da escola da filha, Júlia. “Se a gente falta a uma sessão no STF passa, mas os filhos nunca se esquecem quando a mãe deixa de ir na apresentação da escola”, disse a ministra.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



SÓ PAPOS



Edi Alves/CE/DIA Press

“Sou a favor da criação do Ministério da Segurança Pública. E defendo que seja ocupado por alguém do PT. As atribuições da Justiça são inúmeras e imensas, acaba que a segurança fica como apenas mais uma atribuição. Com um ministério próprio, o tema ganha foco e prioridade.”

Líder do PT na Câmara dos Deputados, Zeca Dirceu (PR), em entrevista ao Globo

“Há uma vinculação inegociável entre investigação judicial e atos policiais. Separar, ao meu ver, longe de ampliar eficiência, diminui a eficácia”

Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, em conversa com jornalistas na última terça-feira



À QUEIMA-ROUPA ALISON SOUZA,

servidor do Tribunal de Contas da União (TCU) e presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e TCU)



Divulgação/Sindilegis

“A estabilidade foi criada para proteger o serviço público, não o servidor. Imagina ter que dizer não a uma autoridade sem ter estabilidade? Mesmo o trabalhador da iniciativa privada é capaz de entender isso. Quantos deles, para preservar o emprego, tiveram que se calar diante de situações ruins?”

Em 6 de outubro de 1988, um dia após a promulgação da Constituição Federal, foi fundado o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e TCU, o Sindilegis. A vida do servidor melhorou de lá para cá?

Em geral, sim. Acredito que muitas das melhorias ocorreram em razão do desejo dos constituintes de proteger o funcionamento do serviço público das disputas de poder, naturais na política. Os princípios que regem a administração pública, a estabilidade, o concurso público e outras normas legais da época são prova disso. A vida do servidor melhora quando os gestores são qualificados e comprometidos com os objetivos das instituições que administram.

O sonho de muita gente que se prepara para passar em concurso é ingressar no Poder Legislativo, considerado um emprego. É isso mesmo?

Os órgãos do Poder Legislativo são ótimos lugares para se trabalhar. São instituições bicentenárias, com muita tradição e importância para o país. É gratificante trabalhar em órgãos que estão no centro dos acontecimentos mais significativos para a nossa população. O corpo de servidores é altamente qualificado, o que cria oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal e profissional dos colegas. O convívio com as autoridades também é enriquecedor. Elas personificam as diversas visões de país que existem. E, claro, os salários ainda são bons.

Nessa data em que se comemora o Dia do Servidor (ontem), qual é hoje a principal demanda do funcionalismo público?

Olha, são muitas pautas. Hoje, para mim, a principal delas é a instalação de uma mesa permanente de negociação em cada órgão. Essa mesa está prevista na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Como na iniciativa privada, os servidores também devem ter o direito de negociar com os administradores dos órgãos as questões trabalhistas. Isso trará transparência a essa relação e beneficiará a ambos os lados.

A PEC 32/20, proposta que ameaça a estabilidade dos servidores públicos, está parada na Câmara. Acredita que há espaço para avançar nesta legislatura?

Espero que não. A PEC 32/20 é desastrosa. Se os objetivos dela, conforme se anunciam para a

população, são economia e eficiência, então temos um problema muito grave nessa PEC. Nenhuma das soluções previstas nela está embasada em estudos técnicos que comprovem sua eficácia. O TCU solicitou ao então ministro da Economia, Paulo Guedes, os supostos estudos. Nada foi entregue até hoje. Mexer nas regras da administração pública para aumentar a ingerência da classe política no funcionamento do serviço público por meio de cargos temporários e terceirização não me parece uma boa ideia. Nem para a sociedade e nem para a própria classe política.

A estabilidade leva a uma acomodação dos servidores públicos?

O servidor público é como qualquer trabalhador da iniciativa privada. Existem os mais motivados e os menos. Creio que as condições de trabalho, vocações, valorização das pessoas, saúde mental e outros elementos afetam mais a motivação do que a questão da estabilidade. Como eu disse, a estabilidade foi criada para proteger o serviço público, não o servidor. Imagina ter que dizer não a uma autoridade sem ter estabilidade? Mesmo o trabalhador da iniciativa privada é capaz de entender isso. Quantos deles, para preservar o emprego, tiveram que se calar diante de situações ruins? Só que no caso do serviço público, é o interesse geral e coletivo da população que está em risco, daí a estabilidade: para proteger o interesse público.

Ainda vale a pena fazer concurso público?

Olha, cada pessoa tem suas perspectivas pessoais. Vejo pessoas que estão no serviço público pelo bom salário oferecido nesse ou naquele cargo, mas que não possuem vocação. Sofrem. Dinheiro é necessário, mas não é tudo. No início, é ótimo, mas com o tempo a desconexão entre o trabalho que se realiza e o propósito de vida fala mais alto e impõe sofrimento. Mas é claro que dizer isso a uma pessoa que ganha um salário mais baixo é um tanto complicado. Diria que ainda vale a pena fazer concurso se a pessoa tiver vocação ou muita disposição para se adaptar ao trabalho. Mas posso afirmar que é muito gratificante a sensação de ter contribuído com algo que pode mudar para melhor, e de maneira permanente, o lugar em que a gente vive e a vida de milhões de pessoas. Há algumas maneiras de se fazer isso, mas creio que o serviço público ainda seja o lugar mais efetivo para se conseguir isso.